



Utopía y Praxis Latinoamericana

ISSN: 1315-5216

utopraxis@luz.ve

Universidad del Zulia

Venezuela

Florenzano, Modesto

Reseña de "Cadernos do cárcere. V. 5: O "Risorgimento". Notas sobre a história da Itália" de Antonio Gramsci

Utopía y Praxis Latinoamericana, vol. 11, núm. 34, julio-septiembre, 2006, pp. 141-142

Universidad del Zulia

Maracaibo, Venezuela

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27903414>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

por fortuna, no lo lograron. Creo que el tratamiento que Vidal hace de Marx es bastante superficial, pues además, exagera la oposición de Marx a la religión cristiana. Si bien podemos encontrar muchas frases de tipo “la religión es el opio del pueblo” en Marx, creo que sí es viable una síntesis (al menos parcial) entre marxismo y cristianismo, y la teología de la liberación es un vivo recordatorio de ello, movimiento que Vidal prefiere ignorar. El tratamiento que Vidal hace de Nietzsche es mucho más meritorio, pues expone con detenimiento la oposición del pensador alemán al cristianismo, la cual es muchísimo más explícita que la de Marx. La recapitulación que Vidal hace de Nietzsche sirve como terrorífico recordatorio de cómo sería Occidente sin cristianismo, suficiente como para formar una conciencia entre aquellos que, como quien escribe estas líneas, aún sin tener una vinculación confesional, sin asistir a los ritos, sin creer en milagros y resurrecciones, incluso sin tener la convicción de la existencia de Dios, reconocemos nuestra deuda a una religión que ha tenido una participación fundamental en la conformación de una civilización por cuyos valores vivimos.

Antonio GRAMSCI. *Cadernos do cárcere. V. 5: O 'Risorgimento'. Notas sobre a história da Itália*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002. 448p.

Modesto FLORENZANO. professor de História da USP, Brasil.

Para expressar, numa fórmula lapidar, a espécie de pontificado exercido por Benedetto Croce na historiografia italiana da primeira metade do século 20, o historiador Ruggiero Romano, num livro pequeno, mas precioso, *La Storiografia italiana oggi*, de 1978, afirma: “Por que não podemos não ser crocianos” (parafrazeando um ensaio do próprio Croce, “Por que não podemos não ser cristãos”). Ora, tendo em vista a hegemonia, para usar um conceito caro a Gramsci, que este passou a exercer na historiografia italiana a partir da segunda metade do mesmo século, impõe-se a afirmação “por que não podemos não ser gramscianos” (acrescente-se que as duas paráfrases se aplicam, em menor grau, evidentemente, também à historiografia não-italiana).

Já em 1956, menos de dez anos depois do início da publicação dos *Cadernos do cárcere*, em 1948 (os que tratam do *Risorgimento* vieram à luz em 1949), o historiador Giorgio Candeloro escrevia, no prefácio à sua *Storia dell'Italia moderna*, que, graças a Gramsci, tornava-se possível “uma nova interpretação da história da Itália moderna, concentrada na análise do *Risorgimento* e da conclusão liberal-moderada, que condicionou a seguir todo o desenvolvimento sucessivo da história da Itália”.

Mas isso, evidentemente, no campo da esquerda e do marxismo. Porque, do lado liberal-con-

servador, resistia-se a reconhecer a originalidade e a inovação trazidas pela reflexão gramsciana.

Nas *Interpretazioni del Risorgimento*, o grande livro (em tamanho e qualidade), de 1962, do historiador crociano Walter Maturi, não só os escritos de Gramsci não recebiam nenhum destaque ou tratamento especial, mas também se criticavam as implicações de sua interpretação do *Risorgimento*, bem como seu conceito de jacobinismo, e resumia-se a crítica que o então jovem historiador Rosario Romeo fizera, em 1956 e 1958 (reunidas em 1959 no livro *Risorgimento e capitalismo*), à historiografia marxista, em geral, e a Gramsci, em particular.

Romeo criticava a tese gramsciana sobre a *mancata rivoluzione agraria nel Risorgimento* (a “revolução agrária não realizada no *Risorgimento*”), sugerindo que, se esta tivesse ocorrido, a via italiana para o capitalismo teria sido ainda mais lenta e retardada, pois, sem a exploração dos camponeses, a acumulação capitalista ficaria bloqueada. Dir-se-ia que Romeo adaptava ao *Risorgimento*, isto é, à revolução burguesa italiana, invertendo-as, as interpretações, coincidentes, dos historiadores conservadores ingleses Trevor-Roper e Alfred Cobban (apresentadas entre 1951 e 1955), segundo as quais as revoluções inglesa de 1640 e francesa de 1789, em vez de terem tornado possível o desenvolvimento capitalista naqueles dois países, como sustentava desde sempre o marxismo, não fizeram mais do que retardá-lo, visto que o capitalismo já estava em curso desde antes.

Nascia, assim, o revisionismo que, duas décadas depois, iria dominar a historiografia tanto da revolução francesa quanto da francesa. Mas não a historiografia do *Risorgimento*, e isto, pode-se sustentar, tanto graças a Gramsci e ao nutrido grupo de historiadores que passou a se inspirar nos seus escritos e sugestões (já se observou que, se não se pode falar na existência de filósofos ou de críticos literários gramscianos, pode-se falar em historiadores gramscianos), quanto graças a historiadores como Franco Venturi (1904-1994, integrante do *Partido d'Azione*, durante a Resistência) e Gaetano Salvemini (1873-1957), um dos fundadores do movimento *Giustizia e Libertà*, em 1929.

Sobre Salvemini, um nome desconhecido no Brasil, bastante criticado por Gramsci nos escritos sobre o *Risorgimento*, é preciso que se saiba que seu lugar na cultura política e historiográfica italiana do século 20 só é inferior ao de Croce e de Gramsci. Embora ele próprio se visse como um intelectual e político franco-atirador, foi considerado como um intelectual orgânico (outro termo caro a Gramsci) da pequena burguesia, assim como os dois o foram da burguesia e do proletariado, respectivamente.

O que serve para demonstrar a riqueza e complexidade da vida política —e historiográfica— italiana no século 20, ou melhor, como bem lembrou Ruggiero Romano, no livro já citado, “a estreita relação

entre política e história que caracteriza toda a historiografia italiana de todos os tempos” e, em especial, Salvemini e Gramsci. Indo um pouco mais longe, sugiro que a originalidade e a fecundidade do marxismo gramsciano radicam de alguma maneira nessa estreita relação entre política e história, mais precisamente na recusa por parte de Gramsci em destronar o político do centro da história, substituindo-o pelo social (e econômico), como fizeram tanto o positivismo quanto o materialismo histórico e, um século depois, a chamada Escola dos *Annales*.

Em outras palavras, em Gramsci (bem como em Salvemini e em Venturi) o centro sempre foi ocupado pelo político e não pelo social (e econômico), como, em geral, entre marxistas (não gramscianos) e *annaliens*. Daí porque não faz sentido falar, em termos de historiografia italiana, em reabilitação da história política, a partir da década de 1980, como no caso da historiografia francesa, depois de meio século de domínio absoluto da história social.

O que não significa que Gramsci não perseguisse, como os fundadores e seguidores dos *Annales*, uma história total, como se pode ver na nota da p. 256 (desta irrepreensível e digna de todos os méritos edição brasileira): “Camponeses e vida do campo. Elementos orientadores para uma investigação: condições materiais de vida: habitação, alimentação, alcoolismo, práticas higiênicas, vestuário, movimento demográfico”. Segue-se um longo parêntese - discriminando taxas de natalidade e mortalidade, casamentos, migração, questões de propriedade e criminalidade, etc. - e a frase: “Orientação de psicologia popular nos problemas de religião e de política, frequência escolar das crianças, analfabetismo dos recrutas e das mulheres”.

Há nessa passagem, bem como em outras desse livro (que reúne dois “cadernos especiais” e quatorze “cadernos miscelâneos”, escritos entre 1929 e 1935), mais do que um programa de história social e do cotidiano, e não só para as classes subalternas. Há uma interpretação genial do *Risorgimento* (eixo central de toda a produção de Gramsci no campo da história), uma mina preciosa para o historiador, em termos de *insights*, formulações, procedimentos teóricos e conceituais.

Eis uma pequena amostra da aguda visão histórica de Gramsci: “O *Risorgimento* é um desenvolvimento histórico complexo e contraditório, que se torna um todo a partir de todos os seus elementos antitéticos, de seus protagonistas e de seus antagonistas, de suas lutas, das modificações recíprocas que as próprias lutas determinam e até mesmo da função das forças passivas e latentes, como as grandes massas agrícolas, além, naturalmente, da função eminente das relações internacionais.” Ele “se realizou sem ‘Terror’, como ‘revolução sem revolução’, ou seja, como ‘revolução passiva’”, gerando um “Estado moderno [...] algo bastardo” e um “transformismo ‘molecular’”. E da sua visão política do ofício do his-

toriador: “E, se escrever história significa fazer história do presente, é grande livro de história aquele que, no presente, ajuda as forças em desenvolvimento a se tornarem mais conscientes de si mesmas e, portanto, mais concretamente ativas e operosas.”

Antonio FRANCO. *Curso de lengua española. Ortografía y morfosintaxis*. Colección Libro de Texto. EdILUZ, Maracaibo, 2006, 468 pp.

Álvaro B. MÁRQUEZ-FERNÁNDEZ. Venezuela.

Esta nueva edición del *Curso de lengua española*, que aparece al público bajo el sello editorial de EdILUZ, es el resultado de la entusiasta y asidua práctica docente realizada por el Dr. Antonio Franco en la Escuela de Comunicación Social de la Universidad del Zulia. Un libro muy bien escrito por alguien que ya sabe que los secretos de la lengua, se descubren con el sistemático y continuo ejercicio de aprendizaje que implica entender que la creación y recreación del lenguaje es la principal actividad que debemos cumplir los seres racionales. Sobre todo, si nos anima el propósito de darle una realidad existencial a nuestros pensamientos.

La habitual competencia lingüística y comunicativa del Dr. Franco queda una vez más demostrada en un trabajo que a pesar de su extensión, atiende con exclusividad todos los detalles. Desde los tipográficos hasta los de contenido más elaborados. Se nos presenta un texto académico bien diagramado, ágil y preciso; pero también, orgánicamente compuesto pues cada uno de los capítulos tiene una coherencia interna y externa efectiva. Lo demuestra el nivel teórico de la exposición, y luego el nivel de los “ejercicios de aplicación” en los que cada unidad y sección respectiva del título al capítulo correspondiente, coloca al lector frente a un saber “hacer las cosas” con suficiente experimentación escrita.

Es un libro que se escribe acerca de lo que es el lenguaje desde el pertinente manejo de los niveles ortográficos y morfosintácticos que definen y constituyen la estructura de la lengua española. Señalado este primer plano de acción, luego se refiere a la aplicación del módulo actancial en la enseñanza de la lengua. El fin en sí mismo del curso-práctico, no es, en lo absoluto, aprender a redactar a partir de ese “catecismo” de instrucción de estilo que los “manuales” de estilo comercializan como un sello de identidad para que se cumpla al pie de la letra por los cuerpos de redacción de los periódicos. La relación del proceso comunicación-información o viceversa, es algo más que lo que contiene un manual de instrucción, que indudablemente puede hacerse medianamente exitoso en la medida que goza de aceptación por un lector popular que no siempre está en capacidad de entender la función “noticiosa” con la que el lenguaje periodístico debe quedar revestido. El propósito